

Gerardo Magela



José Cruz



O Orçamento mobiliza o governo: José Múcio (E) reúne-se com Garibaldi. Roseana (com José Pimentel) diz que proposta vai a voto

## Orçamento pode ser votado na quarta

Incomodada pelo grande atraso na aprovação do Orçamento de 2008, a líder do governo no Congresso, Roseana Sarney, avisou que a base de apoio ao governo se prepara para levar o Orçamento – geralmente aprovado por acordo – a voto na próxima quarta-feira,

com ou sem apoio da oposição. A votação, marcada para ontem, mais uma vez, foi adiada. A demora levou ao Senado o ministro das Relações Institucionais, José Múcio, recebido em audiência pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. **Página 3**

### Proposta de reajuste de aposentadorias vai a Plenário

Parado na CAE, projeto que equipara aumento de aposentadorias ao do mínimo deve entrar na pauta. **Página 2**

### Cidade com mais de 20 mil habitantes deve ter ciclovia

Cidades com mais de 20 mil habitantes devem incluir nos planos de circulação espaços para ciclovias e estacionamentos. **Página 5**

### Subcomissão avalia como distribuir taxa sobre minérios

Novos critérios, previstos em projeto, afetam estados e municípios que têm reservas minerais. **Página 7**

### Recadastramento de terras e verbas contra desmatamento

Na comissão mista que analisa as mudanças climáticas, representantes do governo expuseram medidas que vêm sendo tomadas para diminuição do desmatamento, como o combate à grilagem na Amazônia. **Página 8**

Jane Araújo



A ex-jogadora Hortência (E), a ministra Nilcéa Freire, Ideli e Serys caminham pelos corredores antes de instalar a subcomissão

## CPI dos Cartões entra já em atividade

Instalação da CPI Mista dos Cartões Corporativos deve ocorrer na próxima terça-feira. Garibaldi lê os nomes dos indicados para compor a comissão

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, encaminhando ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, a lista dos componentes da CPI mista que deverá investigar o uso irregular de cartões de crédito corporativos do governo federal. Segundo acordo entre oposição e governo, a presidência da comissão ficará com a senadora Marisa Serrano, do PSDB, e a relatoria com o deputado Luiz Sérgio, do PT. A primeira reunião está marcada para terça-feira, às 11h. Ontem, em Plenário, Marcelo Crivella disse que a CPI será importante “para esclarecer fatos divulgados na imprensa e que não correspondem à verdade”. Alvaro Dias afirmou que a oposição cometeu um erro ao admitir a apuração de gastos do governo anterior sem a existência de fato determinado. **Página 4**

### Defesa dos direitos da mulher ganha novo espaço

O Senado instalou ontem a Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres – presidida por Ideli e Serys –, com muitos convidados. A primeira audiência discutiu agressão policial a camponesas no Rio Grande do Sul. **Página 6**

Apelos de senadores levam presidente do Senado a determinar remessa imediata ao Plenário da proposta que garante aos benefícios da Previdência mesmo reajuste do salário mínimo

# Projeto que reajusta pensões e aposentadorias vai a Plenário

Atendendo a apelos dos senadores, especialmente do autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS), o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comunicou que pediu ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a remessa ao Plenário do projeto de lei que garante às aposentadorias e pensões o mesmo índice de reajuste concedido ao salário mínimo. A proposta (PLS 58/03) espera, há mais de cinco meses, a apresentação do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) na CAE.

– Vou insistir para que haja essa remessa ainda agora [ontem] à tarde. Depois disso, veremos com as lideranças como enfrentar o problema da votação dos projetos – afirmou Garibaldi.

O anúncio do presidente do Senado foi feito enquanto Paim defendia da tribuna o projeto e a definição de uma política permanente de recuperação dos benefícios de aposentados e pensionistas. Paim disse que

continua recebendo milhares de correspondências em que idosos cobram do governo reajustes em suas aposentadorias.

– Não vamos sair da tribuna enquanto não tivermos uma política de recuperação dos benefícios. E ninguém me diga que não dá porque eu provo e mostro onde está a receita e como pagar – frisou.

### Angústia

O senador Mário Couto (PSDB-PA) associou-se a Paim no pedido de votação rápida da matéria.

– A angústia não é de hoje, mas agora chegou ao limite. Se deixamos passar mais tempo, não tenho dúvida de que aqueles que pensavam que, na sua terceira idade, iam ter sossego de vida estarão de pires na mão a pedir esmola para não morrer de fome.

Mário Couto argumentou que, se o Brasil tem superávit fiscal e dinheiro em caixa o suficiente para pagar a dívida externa, não faz sentido deixar os idosos sofrendo.

– Tudo é favorável para que o presidente Lula possa reajustar

com base no mínimo as aposentadorias e pensões – salientou, referindo-se ao aquecimento da economia.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a derrubada do veto presidencial que impediu o reajuste de 16,67% nos benefícios de aposentados e pensionistas da Previdência. O presidente do Senado já anunciou que pretende submeter os vetos ao exame do Congresso, o que pode começar já na próxima semana.

Em 2006, a medida provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 foi alterada pela Câmara para estender o mesmo percentual de aumento a aposentados e pensionistas da Previdência. A emenda foi mantida no Senado, mas o Executivo vetou a medida e concedeu apenas 4% de reajuste.

– Lula fez uma grande besteira. Ele não deve mais aos gringos, mas deve aos velhinhos aposentados. Vamos ficar de vigília na próxima semana – avisou Mão Santa.

## Gilvam Borges dá sugestões para reforma tributária eficaz

Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou seis sugestões para uma reforma tributária eficaz: a desburocratização; o fim da guerra fiscal; a desoneração fiscal; o fim da tributação prejudicial a investimentos; o aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional; e a melhoria da qualidade das relações federativas.

O senador afirmou que o Banco Mundial considera o país, com uma carga tributária que alcança 37% do produto interno bruto (PIB), recordista na carga de trabalho exigida para saldar compromissos fiscais. E citou a revista *Veja*, segundo a qual uma empresa tem de trabalhar 2,6 mil



Fotos: Leopoldo Silva

**Senador lamenta que empresa tenha de trabalhar 2,6 mil horas para pagar tributos**

horas para pagar impostos.

Gilvam Borges lamentou ainda a existência de 63 impostos e contribuições diferentes, alguns cumulativos.

## Ideli destaca notícias positivas sobre a economia brasileira

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), comentou em Plenário notícia do jornal norte-americano *The Wall Street Journal* saudando o Brasil como “o novo rei dos emergentes”. Com base em dados levantados por vários bancos internacionais, como o Morgan Stanley e o Citigroup, a reportagem informa que o Brasil ultrapassou a China e “virou o maior emergente do mundo” em capitalização de mercado.

Ideli comemorou também texto veiculado pelo *site Economy.com*,

da agência de avaliação Moody’s, prevendo o avanço da economia brasileira em 2008 mesmo com recessão nos EUA.

– Parece que o Comitê de Política Monetária não leu as matérias, pois havia, inclusive, afirmação sobre a possibilidade de se cortar mais os juros – observou.

A senadora agradeceu ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, por atender a reivindicação de construção emergencial de subestação de distribuição de energia elétrica em Joinville (SC).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão o senador Romeu Tuma (PTB-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



**Paim: “Não vamos sair da tribuna sem a política de recuperação dos benefícios”**



**Para Mário Couto, há recursos suficientes para atender ao reajuste dos aposentados**



**Mão Santa cobra a derrubada do veto ao reajuste de 16,67% dos benefícios do INSS**

# JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Cláudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Mão Santa e João Vicente Claudino

Leopoldo Silva



“Problemas combatidos na análise da LDO foram reinseridos no Anexo de Metas”

## Lúcia Vânia diz que projeto permanece cheio de vícios

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que a oposição não pode assumir a responsabilidade de aprovar uma peça orçamentária “cheia de vícios”, que teriam sido combatidos ao longo de todo o processo de análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na CMO. Segundo observou, as emendas parlamentares, conhecidas como “rachadinhas”, continuam inseridas no Anexo de Metas, dado o seu caráter genérico.

A senadora também rebateu acusações de que a permissão para o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas tenha passado despercebida no Congresso.

José Cruz



Atuação de núcleo que domina elaboração do Orçamento é irregular, diz Sérgio Guerra

## Sérgio Guerra: outra CPI do Orçamento é necessária

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) lembrou que a CPI dos Anões do Orçamento fez recomendações, ignoradas pelo núcleo formado por cerca de 20 parlamentares que hoje dominam o Orçamento. Ao contrário dos antigos “anões”, que repartiam entre si os recursos de emendas parlamentares, o novo grupo dividiria essas verbas entre 300 a 400 parlamentares. Para Sérgio Guerra, é inevitável a criação de uma nova CPI para investigar a sistemática desse núcleo.

– Eles são o partido do orçamento e temos de combater isso – analisou.

Demora preocupa governo: Roseana fixa data-limite para decisão e ministro se reúne com Garibaldi em busca de entendimento

# Líderes tentam acordo na terça e podem votar Orçamento na quarta

A líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), afirmou que a base governista quer votar o projeto de lei do Orçamento na quarta-feira da próxima semana, em sessão conjunta do Congresso. Segundo ela, os líderes da Maioria já decidiram que, com ou sem o apoio da oposição, essa será a data final para a deliberação da proposta. A votação estava marcada para ontem, mas foi adiada.

Roseana disse ainda que, na próxima terça-feira, será feita nova rodada de entendimentos visando a um acordo global, incluindo todos os pontos que necessitam de concordância no texto do Orçamento.

A declaração da senadora foi feita ontem de manhã, depois de reunião, na liderança do PMDB, entre líderes partidários da Câmara e do Senado. O objetivo do encontro era selar um acordo e, em seguida, votar a proposta orçamentária. Roseana afirmou que “todas as concessões possíveis foram feitas, mas a oposição inviabilizou uma solução ao apresentar



Para Pimentel e Roseana, governo fez as concessões possíveis

pleitos novos, de última hora”.

Roseana disse que os governistas já haviam concordado em retirar do projeto o Anexo de Metas e Prioridades. Conforme a senadora, o anexo seria mantido apenas no Plano Plurianual (PPA), mas os R\$ 534 milhões para o Orçamento deste ano seriam redistribuídos entre as emendas de bancadas.

### Rodoanel e Lei Kandir

O relator-geral do Orçamento, deputado José Pimentel (PT-CE), acrescentou que, na reunião, ficou acertada ainda a recomposição da dotação para o Rodoanel de São Paulo, que perdeu R\$ 124

milhões durante o exame de destaque na votação do relatório final na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– A oposição não veio negociar, mas fazer comunicados – afirmou.

De acordo com o relator-geral, os oposicionistas defenderam uma dotação global de R\$ 20 bilhões para as compensações da Lei Kandir. Ele disse que, mesmo com essa lei já fora de vigência, a proposta orçamentária prevê R\$ 5,2 bilhões para compensar os estados exportadores. Visando recompor a dotação para a compra de produtos agrícolas (política de preços mínimos), outro pleito apresentado, Pimentel informou que foram reservados R\$ 450 milhões. O deputado foi questionado sobre o alerta feito pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega – de que o Congresso deve se preparar para receber uma “enxurrada” de medidas provisórias se o Orçamento demorar a ser aprovado –, e admitiu que o Legislativo sairá prejudicado com o atraso.

## Impasse não pode paralisar o país, afirma ministro

O ministro das Relações Institucionais, José Múcio, considerou preocupante o atraso na votação do Orçamento da União para 2008. Após audiência com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o ministro disse que o governo aguarda a resolução do impasse até quarta-feira, data marcada para a próxima sessão do Congresso destinada a votar o Orçamento.

– Todos têm conhecimento da responsabilidade de cada um. O Brasil não pode estar sem votar o Orçamento até o mês de março.

José Múcio acredita que não serão enviadas novas medidas provisórias ao Congresso até quarta-feira, mas sustentou não ser possível deixar o impasse em torno da questão orçamentária paralisar o país.

### Reforma tributária

Múcio esteve no gabinete de Garibaldi em companhia do ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, membro do Conselho de Desenvolvimento



Garibaldi (D) recebe de José Múcio parecer de conselho sobre a reforma tributária

Econômico e Social. Ambos entregaram ao presidente do Senado o parecer da entidade sobre a proposta de reforma tributária.

Segundo o ministro, o principal objetivo dessa proposta é o fim da guerra fiscal. Dentre outras medidas, a PEC propõe a criação de um novo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), regido por legislação

unificada, que irá substituir as 27 legislações atualmente existentes; a unificação de três tributos de incidência semelhante (Cofins, PIS e Cide - Combustíveis) no Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA Federal); e a incorporação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda Pessoas Jurídicas (IRPJ).



Virgílio: na quarta será possível votar uma proposta que não fira o interesse público

## Oposição vai analisar proposta que supere divergências

Os partidos de oposição ao governo vão passar o fim de semana analisando a proposta de Orçamento a ser votada em sessão conjunta do Congresso na próxima quarta-feira. A informação foi dada pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

A oposição, disse, já concordou que não vai aceitar o Anexo de Metas e Prioridades. Virgílio disse que gostou da proposta de distribuição desses recursos aos 27 estados, evitando concentração nos estados mais representativos da União.

## Agripino exige distribuição justa de verbas entre estados

Assim como Arthur Virgílio, o líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que seu partido concorda em votar o Orçamento da União para 2008 desde que os R\$ 534 milhões do Anexo de Metas e Prioridades sejam distribuídos de maneira justa entre os 26 estados e o Distrito Federal.

– Fora isso, é defender privilégios que podem esconder distorções ou desvios éticos. A preocupação da oposição é com a lisura dos procedimentos – enfatizou.



DEM só votará Orçamento se divisão dos R\$ 534 milhões for equânime, diz Agripino

Indicação de membros permite realização da primeira reunião, que servirá para eleição da presidente, senadora Marisa Serrano, e indicação do relator, deputado Luiz Sérgio

# CPI dos Cartões Corporativos inicia trabalhos na próxima semana

A instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos deve ocorrer na próxima terça-feira, às 11h. Ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, leu os nomes indicados pelas lideranças partidárias para compor a CPI que vai investigar o uso irregular de cartões de crédito corporativos do governo federal.

Garibaldi encaminhou a lista

para conhecimento do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, dispensando a necessidade de realização de uma sessão do Congresso apenas para a leitura das indicações, uma vez que se trata de CPI mista, composta por senadores e deputados federais.

Conforme acordo estabelecido entre oposição e governo, a presidência da comissão de inquérito

será ocupada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e a relatoria pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ). A reunião de instalação dos trabalhos deverá ser presidida pelo integrante mais idoso, que conduzirá a eleição, devendo ser confirmado o nome de Marisa Serrano como presidente. Em seguida, a senadora designará o deputado Luiz Sérgio como relator da CPI.

## SENADORES

### PMDB

#### Titulares

Wellington Salgado (MG)  
Almeida Lima (SE)

#### Suplentes

Valter Pereira (MS)  
Valdir Raupp (RO)

### Bloco Parlamentar da Minoria (DEM / PSDB)

#### Titulares

Demostenes Torres (DEM-GO)  
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)  
Marisa Serrano (PSDB-MS)  
Marconi Perillo (PSDB-GO)

#### Suplentes

Efraim Moraes (DEM-PB)  
José Agripino (DEM-RN)  
Alvaro Dias (PSDB-PR)  
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PCdoB / PP / PRB)<sup>1</sup>

#### Titulares

João Pedro (PT-AM)  
Serys Slhessarenko (PT-MT)  
A ser indicado

#### Suplentes

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)  
João Ribeiro (PR-TO)  
A ser indicado

### PTB

#### Titular

Gim Argelo (DF)

#### Suplente

João Vicente Claudino (PI)

### PDT<sup>2</sup>

#### Titular

A ser indicado

#### Suplente

A ser indicado

### PSOL<sup>3</sup>

#### Titular

Senador José Nery (PA)



## DEPUTADOS FEDERAIS

### PSB / PDT / PCdoB / PMN<sup>4</sup>

#### Titulares

A ser indicado  
A ser indicado

#### Suplentes

A ser indicado  
A ser indicado

### Bloco de Apoio ao Governo (PMDB / PT / PP / PR / PTB / PSC / PTC / PTdoB)

#### Titulares

Carlos Willian (PTC-MG)  
Luiz Sérgio (PT-RJ)  
Marcelo Melo (PMDB-GO)  
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)  
Nelson Meurer (PP-PR)  
Paulo Teixeira (PT-SP)

#### Suplentes

João Magalhães (PMDB-MG)  
Marcelo Guimarães Filho (PMDB-BA)  
Marcelo Teixeira (PR-CE)  
Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG)  
Nilson Mourão (PT-AC)  
Vignatti (PT-SC)

### PSDB / DEM / PPS

#### Titulares

Carlos Sampaio (PSDB-SP)  
Moreira Mendes (PPS-RO)  
Vic Pires Franco (DEM-PA)

#### Suplentes

Afonso Camargo (PSDB-PR)  
Augusto Carvalho (PPS-DF)  
Índio da Costa (DEM-RJ)

### PV

#### Titular

Antonio Roberto (PV-MG)

#### Suplente

Edson Duarte (PV-BA)

<sup>1</sup> O Bloco de Apoio ao Governo não havia indicado um suplente e um titular a que tem direito.

<sup>2</sup> O PDT não havia indicado seus integrantes.

<sup>3</sup> Por ter apenas um senador, o PSOL não tem direito a indicar suplente.

<sup>4</sup> Ainda não havia indicado seus integrantes.

## Crivella sugere que imprensa cubra CPI sem pressa e com moderação

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou ontem que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos “vai ser importante para esclarecer fatos divulgados na imprensa e que não correspondem à verdade”. A observação foi feita da tribuna do Plenário após a leitura, pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, dos nomes que irão compor o colegiado.

Crivella referia-se a matéria publicada no dia 2 deste mês, pelo *Jornal do Brasil*, segundo a qual um servidor da Casa Civil teria utilizado os cartões corporativos para contratar bailarinas.

– Apurada a notícia, verificou-se que se tratava de vasinhos de flores que se colocam em cima das mesas de secretárias para tornar o ambiente um pouco mais humano, menos árido. As bailarinas não eram moças, não eram vedetes do teatro rebolado,



Leopoldo Silva

Crivella citou matéria que, erroneamente, acusou servidor de contratar bailarinas

o que fazia supor a manchete da capa. Isso foi esclarecido ao jornal, como se publicou mais à frente. Eram flores, inocentes, pueris. A matéria, se fosse apurada, não renderia manchete de capa – explicou.

Em seu discurso, Crivella foi aparteado pelo senador Magno Malta (PR-ES), que lhe manifestou apoio e cobrou responsabilidade da imprensa na apuração de notícias.

## Alvaro: oposição errou ao aceitar investigação do governo anterior

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou um erro da oposição aceitar incluir no requerimento de criação da CPI dos Cartões a investigação dos gastos do governo anterior sem a existência de um fato determinado que justificasse a averiguação.

– Não concordo com uma CPI que queira abraçar o mundo, com um horizonte temporal que vai além das nossas possibilidades, para confundir, enganar a sociedade – protestou.

Segundo Alvaro Dias, que teve o apoio de Mão Santa (PMDB-PI), se havia algo suspeito em governos passados deveria ter sido averiguado à época. Em sua avaliação, a base governista “impôs sua vontade” na comissão, escolheu a dedo o relator e poderá rejeitar o que quiser na CPI, frisou. Dessa forma, será preciso “radicalizar a investigação”, en-



Leopoldo Silva

Alvaro diz que vai impedir que “mais fraco” seja responsabilizado na comissão

caminhando sempre qualquer fato relevante ao procurador-geral da República.

O parlamentar, membro suplente na comissão, disse que vai evitar que a “corda arrebente do lado mais fraco”, com servidores responsabilizados por sacar dinheiro para despesas que beneficiariam outras pessoas.



Leopoldo Silva

## Azeredo: reforço a orçamento militar

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) chamou atenção para a necessidade de o governo investir na modernização e no reaparelhamento das Forças Armadas. O senador considera a contínua redução do orçamento militar, iniciada em meados dos anos 1980, incompatível com a liderança do país no continente.

Na sua avaliação, os poucos pelotões de fronteira e a escassez de pessoal inviabilizam a repressão ao tráfico de drogas e armas.



Moreira Mariz

## Jayme Campos pede “Força de Fronteira”

Jayme Campos (DEM-MT) propôs ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, a criação de uma Força Nacional de Fronteira, equipada para enfrentar narcotraficantes nas divisas brasileiras desguarnecidas.

O parlamentar informou que a Bolívia é o terceiro maior produtor mundial de cocaína e tem 3,5 mil quilômetros de fronteira com o Brasil, 750 dos quais com Mato Grosso. Ele lamentou que o Brasil talvez seja um dos principais centros de distribuição de cocaína.

## Celso Amorim debaterá crise política na América do Sul

O ministro Celso Amorim deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) nos próximos dias para expor a posição do governo brasileiro diante da crise política iniciada com o ataque da Força Aérea da Colômbia a um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) que se encontrava em território do Equador.

O requerimento convidando o ministro das Relações Exteriores foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O comparecimento de Amorim, segundo o parlamentar, permitirá que o Senado e a população brasileira tomem conhecimento das tratativas do governo para o restabelecimento da paz na região.

Ao comentar a crise po-

lítica no continente, Fernando Collor (PTB-AL) manifestou sua satisfação com o encaminhamento da questão pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Mas alertou para a permanência de fatores que têm motivado a instabilidade regional, como o “ímpeto armamentista” da Venezuela. Por sua vez, Pedro Simon (PMDB-RS) advertiu que a América do Sul pode estar “às vésperas de um conflito imprevisível”.

A comissão aprovou também requerimento de informações ao ministério, de iniciativa de Fernando Collor, solicitando uma relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação pelo governo brasileiro. Pede ainda uma justificativa do governo sobre o interesse nacional envolvido na negociação.



Demostenes: trata-se de um bando de narcoguerrilheiros

### Demostenes cobra posição de governo contra as Farc

Demostenes Torres (DEM-GO) cobrou do governo Lula posição firme de condenação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

– Trata-se de uma organização criminosa, um bando de narcoguerrilheiros que está trazendo instabilidade para a América do Sul – afirmou o senador.

Demostenes disse ter informação de que a morte do vice-líder das Farc, Raúl Reyes, causou comoção no governo brasileiro em função dos antigos laços ideológicos e emocionais entre o PT e a organização.

### Mesquita Júnior destaca papel do Mercosul

O conflito entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela levou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) a ressaltar a importância do Mercosul na integração dos países da América do Sul. Mesquita Júnior preside a representação brasileira no Parlamento do Mercosul.

– A espuma baixou e o que restou de todo esse imbróglio, além da lamentável morte de pessoas, foram roubos e declarações destemperadas. A Organização dos Estados Americanos atuou bem. Superamos a crise – disse o parlamentar.



Mesquita Júnior lembra atuação do bloco em defesa da paz

Valadares sustenta que ciclovia é solução para as cidades de médio e grande portes

## Proposta estimula o uso da bicicleta como transporte

Os planos diretores das cidades com mais de 20 mil habitantes deverão conter planos de circulação urbana que contemplem espaços para ciclovias e estacionamento de bicicletas. A exigência é prevista em projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O senador argumenta que uma das boas soluções de transporte urbano para as cidades de médio e grande porte é a construção de ciclovias de espaço exclusivo, como já acontece na capital de seu estado, Aracaju.

Valadares observa que o Estatuto das Cidades já prevê plano de transporte urbano integrado obrigatório para cidades com mais de 500 mil habitantes,



Iniciativa de Valadares tem aprovação da CDR

estabelecendo prioridade dos meios de propulsão humana (bicicletas) sobre os motorizados e de transporte coletivo.

A CDR aprovou, também, projetos de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Valdir Raupp (PMDB-RO), que criam, respectivamente, zona de processamento de exportação (ZPE) nos municípios de Açu (RN) e Ji-Paraná (RO).

## Parte de tarifa de embarque pode se destinar ao turismo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou ontem substitutivo de Rosalba Ciarlini a proposta de César Borges (PR-BA) que destina ao fomento do turismo parcela da Tarifa de Embarque Internacional. A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento brasileiro. O projeto (PLS 433/03) vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CDR aprovou, também, projeto (PLS 304/04) do então senador José Jorge que visa à regionalização das estatísticas de sobrevivência para fins de cálculo dos benefícios previdenciários, levando em consideração a expectativa de vida menor no Norte e Nordeste, em relação ao Sul e Sudeste.



Proposta de César Borges vai agora ao exame da CAE

A matéria será examinada agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em turno suplementar, a CDR acolheu substitutivo de Papaléo Paes (PSDB-AP) a projeto determinando que os investimentos do Fundo Nacional do Meio Ambiente devem dar prioridade aos municípios que tenham parte de suas áreas dentro de parques nacionais.



Suplicy: Espanha deporta sem dar motivos ou explicações

### Suplicy condena maus-tratos a brasileiros

Eduardo Suplicy (PT-SP) condenou o tratamento que vem sendo dado a turistas brasileiros na Espanha, onde grande parte dos viajantes brasileiros são detidos no aeroporto e deportados sem motivos ou explicações.

Suplicy anunciou a aprovação pela Comissão de Relações Exteriores, de uma audiência com a presença de autoridades brasileiras e da estudante Patrícia C. Magalhães, que foi deportada da Espanha quando se encontrava a caminho de um evento científico em Lisboa.

### Tuma registra ações de apoio do Itamaraty

Romeu Tuma (PTB-SP) citou dados publicados em estudo do Ministério das Relações Exteriores sobre as comunidades brasileiras no exterior e as ações que o governo federal está programando para o amparo a esse contingente, “que sai do país em busca de trabalho, mas acaba na ilegalidade nos países-destino”.

De acordo com o senador, cerca de 4 milhões de cidadãos brasileiros residem hoje no exterior, a maioria nos Estados Unidos, Paraguai, Japão e Europa.



Tuma salienta que 4 milhões de brasileiros vivem no exterior



Eduardo Azeredo dirige reunião da Comissão de Relações Exteriores

## Aprovada criação de Dia da Amizade Brasil-Argentina

O dia 30 de novembro passará a ser comemorado como o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina, segundo estabelece projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Naquela data, há 22 anos, foi assinada a Declaração de Iguazu, primeiro passo para a criação do Mercosul.

A CRE aprovou ainda requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) propondo voto de louvor pela posse da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Também foi aprovado o PLS 543/07, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que adota reciprocidade na concessão de prazo de permanência a estrangeiros no Brasil.

A comissão acolheu ainda parecer favorável ao PLC 123/07, que dispensa de licitação a compra de bens e serviços destinados aos militares brasileiros em operações de paz no exterior.

Foi aprovado, a pedido de Renato Casagrande (PSB-ES), voto de louvor ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore e ao presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Rajendra Pachauri.

Por iniciativa do presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), será formada uma comissão de senadores para conversar com o embaixador da Espanha, Ricardo Peidró Conde, sobre denúncias de maus-tratos a brasileiros no aeroporto de Madri.

Novo colegiado permanente será dirigido por Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, e composto por Roseana Sarney, Maria do Carmo Alves e Lúcia Vânia

# Senado instala Subcomissão dos Direitos das Mulheres

As senadoras pelo PT Ideli Salvatti (SC) e Serys Slhessarenko (MT) foram eleitas, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres, instalada ontem no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O novo colegiado também é integrado pelas senadoras Roseana Sarney (PMDB-MA), Maria do

Carmo Alves (DEM-SE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Ideli lembrou que a criação do colegiado foi motivada por denúncias, feitas em 2007, de existência de mulheres mantidas presas em celas com homens.

– Aquela questão suscitou a necessidade de termos um espaço permanente para tratarmos dos temas relativos às mulheres, sejam projetos de lei ou políticas públicas, além de poder-

mos acolher as denúncias que envolvam violência, preconceito e discriminação contra todas nós – assinalou Ideli, ao agradecer a Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, pelo apoio à criação da subcomissão.

## Exemplos

Antes da instalação da subcomissão, Paulo Paim ressaltou a trajetória de mulheres que se destacaram na luta pelos direitos femininos. Lembrou a bravura

de Olmira Leal de Oliveira, apelidada Cabo Toco, primeira mulher soldado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que lutou ao lado das forças provisórias na Revolução de Chimangos e Maragatos, naquele estado; salientou a atuação de Alzira Soriana, primeira prefeita eleita do Brasil, em Lages (RN), em 1932; Antonieta de Barros, primeira deputada negra do país, eleita em 1934, por Santa

Catarina; e Eunice Michiles, primeira senadora do país, eleita pelo Amazonas em 1979.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) saudou a criação do colegiado e recorreu à coragem de Evangelina Gonçalves, nordestina que viveu no Acre e lutou na Revolução Acreana, em 1902. Também Flávio Arns (PT-PR), José Nery (PSOL-PA) e Cristovam Buarque (PDT-DF) des-

tacaram a importância da criação da subcomissão. Cristovam conclamou as mulheres a serem, cada vez mais, protagonistas das transformações necessárias para o desenvolvimento do país. Para José Nery, a subcomissão deverá “não apenas diagnosticar problemas vivenciados pelas mulheres, mas, sobretudo, construir um conjunto de políticas para superar as dificuldades”.

Fotos: Marcia Kalume



Cristovam participa de solenidade na nova subcomissão permanente, que já realizou sua primeira audiência pública, sob o comando de Serys (à esq. na foto acima) e Ideli, da qual participou a ministra Nilcéa Freire (D)

## Cristovam: só há no Parlamento 49 mulheres

As mulheres precisam ter maior participação nas instâncias de poder no Brasil, avaliou Cristovam Buarque em Plenário. Ele lembrou que há somente 49 mulheres entre os 594 parlamentares na Câmara e no Senado. E acrescentou que, das cerca de 5.560 prefeituras brasileiras, apenas 418 são administradas por mulheres. Na opinião do senador, “uma ótica masculina domina o exercício do poder no Brasil”.

Cristovam lamentou que as mulheres continuem a receber salários inferiores aos dos homens nas mesmas funções. Também condenou a violência contra as mulheres, assinalando que cerca de 2 milhões de brasileiras sofrem violência física anualmente. Ele homenageou, em especial, as mais de 1,7 milhão de professoras dos ensinos fundamental e médio.

## Nilcéa cobra punição rigorosa a partido que não cumprir cota

A ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, defendeu maior rigor na punição de partidos que não reservarem para mulheres o mínimo de 30% das vagas de candidatas em eleições proporcionais. A proposta de alteração da chamada lei de cotas partidárias (Lei

9.504/07), informou, consta do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado na quarta-feira, no Palácio do Planalto. Nilcéa participou ontem de audiência pública sobre o tema “A mulher nos espaços de poder”, na Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres.

## Os 20 anos da Constituição, vistos sob a ótica feminina

Os 20 anos da Constituição federal, sob a perspectiva da mulher, serão debatidos pela Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres, conforme requerimentos aprovados ontem na primeira reunião do colegiado. As audiências públicas foram propostas pela presidente da subcomissão, senadora

Ideli Salvatti.

Será realizado um ciclo de debates formado por quatro audiências, que terão como temas: educação, direitos humanos, trabalho e previdência, e saúde da mulher. Segundo Ideli, os eventos buscarão discutir os avanços obtidos desde a promulgação da Constituição, em 1988.

## Debate mostra as várias faces da opressão

Na audiência pública sobre “A mulher nos espaços de poder”, a secretária-executiva de Articulação de Mulheres Brasileiras, Sílvia Camurça, afirmou que o Brasil vive num sistema patriarcal, que privaria as mulheres de buscarem sua independência.

A cantora Leci Brandão lamentou que, apesar de as mulheres serem mais de 50% dos eleitores brasileiros, representem menos de 10% da composição do Legislativo. Ela defendeu a candidatura de mulheres simples aos cargos eletivos e criticou a valorização excessiva da beleza feminina em detrimento de outros atributos.

Já a cineasta Tisuka Yamazaki disse que o preconceito sobressai especialmente quando se tenta buscar financiamento para filmes nos quais a mulher tem papel de destaque.

## Camponesa relata agressão da PM a mulheres no Sul

A camponesa Maraisa Palaska Porto denunciou, na audiência, abusos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul contra mulheres camponesas em manifestação realizada nessa terça-feira, na empresa Stora Enzo. Maraisa mostrou os ferimentos em seu corpo e disse que 50 mulheres

foram hospitalizadas devido à agressão da PM. A Stora Enzo é uma empresa sueco-finlandesa, informou Maraisa, que adquiriu terras em áreas de fronteira, por meio de uma empresa laranja, para o cultivo de eucalipto. As camponesas reivindicavam a anulação da compra.

## Ideli pede que senadores investiguem denúncia

A senadora Ideli Salvatti sugeriu aos senadores uma visita ao Rio Grande do Sul para apurar a denúncia da camponesa gaúcha Maraisa Palaska Porto, que acusou a Brigada Militar de ter cometido violência contra mulheres camponesas.

As camponesas, explicou Ideli, já são ocupantes de terras em

região de fronteira, no Rio Grande do Sul, e reivindicam a posse de terras compradas pela Stora Enzo.

– Estou preocupada com essa agressão, às vésperas do Dia Internacional da Mulher, e também com a ocupação de terras de fronteira por empresas estrangeiras. Por essa razão, sugiro a visita – disse Ideli.



Garibaldi recebe senadoras, autoridades, artistas e atletas em homenagem às mulheres

## Garibaldi promete ampliar TV Senado em canal aberto

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, celebrado com um café da manhã, em seu gabinete, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou que a TV Senado – já transmitida em sinal aberto para cinco capitais – deverá, ainda este ano, ter dois canais abertos no Rio de Janeiro.

Garibaldi deu a informação

depois de ouvir a compositora Leci Brandão falar da importância de a TV Senado chegar a toda a população. Na ocasião, ele disse que a Casa está trabalhando para levar o sinal aberto dessa TV para todo o país. “E não seria de bom alvitre que tivéssemos a TV Senado em todos os estados brasileiros, sem termos ainda um programa dedicado à mulher”,

acrescentou.

O café da manhã foi marcado por discursos em que as senadoras, deputadas, a cineasta Tizuka Yamazaki, a ministra Fátima Nancy, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e outras autoridades presentes falaram da participação da mulher no Parlamento brasileiro, no Poder Judiciário e na sociedade.

### Garibaldi recebe o embaixador italiano

Ao lado de Marconi Perillo (PSDB-GO), o presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu ontem o embaixador da Itália no Brasil, Michele Valensise, com quem conversou sobre a importância da cooperação parlamentar na busca de soluções para os complexos desafios enfrentados pelo mundo.

Ao sair da audiência, o embaixador disse que a relação entre Brasil e Itália está focada numa parceria estratégica. Afirmou que essa parceria é nítida nas áreas política, com um eficiente mecanismo de consultas; econômica, com o encorajamento do trabalho conjunto entre empresas dos dois países; e cultural, com o fortalecimento dos laços que remontam às nossas raízes.

### Ministério amplia combate à aftosa

O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Inácio Kroetz, pediu ontem o apoio de Garibaldi Alves para a elaboração de uma política de prevenção e combate à febre aftosa em âmbito regional.

Kroetz disse que as ações realizadas pelos estados de forma isolada não produzem resultados eficazes, além de representarem custos muitas vezes desnecessários.

O secretário também anunciou que, no dia 31 de julho, o ministério divulgará um balanço da situação do país no que se refere à aftosa, doença altamente contagiosa que atinge, principalmente, bois e búfalos, mas que não oferece riscos à saúde humana no caso de consumo de carne contaminada.

## Nova subcomissão vai debater alíquotas de produtos minerais

Comissão de Infra-Estrutura analisa projeto que reduz tributo incidente sobre a exploração de substâncias minerais destinadas à construção civil e à correção do solo

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) decidiu ontem criar uma subcomissão temporária destinada a aprofundar os debates em torno da aprovação de um projeto de lei que tem por meta definir novos percentuais da distribuição da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

A decisão foi tomada após a discussão do projeto de lei (PLC 64/05) que reduz a CFEM, incidente sobre a exploração de substâncias minerais destinadas à construção civil, dos atuais 2% para 0,6%. O projeto também reduz, no mesmo valor, o percentual sobre rochas calcárias usadas na correção do solo.

Na mesma reunião, a CI aprovou, em decisão terminativa,



Marconi Perillo (E) anuncia cronograma de trabalho para o primeiro semestre

duas emendas aos projetos de Lei 693 e 694, ambos de 2007. A primeira modifica o traçado da BR-251, que atualmente se estende de Ilhéus (BA) até Cuiabá (MT). Pela proposta, a rodovia se prolongará até o município mato-grossense de Vila Bela da Santíssima Trindade, na fronteira com a Bolívia.

A segunda rodovia a ser alterada, dentro do Plano Nacional de Viação, é a BR-242, que se estende de São Roque (BA) até Porto Artur (MT), para encontrar a BR-163, nas proximidades de

Sorriso, também em Mato Grosso. De acordo com o projeto, a rodovia terá a sua extensão aumentada até a localidade de Juína (MT), na BR-174. Os projetos são de autoria da banca-

#### Agenda

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), definiu o cronograma de trabalho do colegiado para este primeiro semestre. Ficou decidido que as audiências públicas ocorrerão às quintas-feiras, com início às 10h. Ele observou que, se houver tempo, poderá colocar matérias em votação nas mesmas reuniões, após a realização das audiências. Marconi informou ainda que convocará reuniões extraordinárias para discutir e votar projetos.

### Wellington quer aumento no repasse de royalties a Minas



Wellington Salgado

O aumento do repasse de royalties sobre a exploração mineral para Minas Gerais e Pará foi defendido por Wellington Salgado (PMDB-MG). Segundo o senador, há uma “discrepância muito grande” entre a porcentagem paga pelos setores de petróleo e gás e a paga pelos produtos minerais extraídos em Minas, “estado que há anos vem remunerando todo o país sem receber o que tem direito”.

– Você tem hoje cidades de Minas assentadas sobre riquezas fenomenais, mas dependendo da Sudene [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste]. Isso é um absurdo. O lucro do setor mineral foi extraordinariamente maior do que o setor petrolífero – informou Wellington, que defendeu modificações na Lei Kandir.

### Eliseu Resende saúda os 80 anos do Estado de Minas



Eliseu Resende

O senador Eliseu Resende (DEM-MG) homenageou o jornal *Estado de Minas*, que completa neste mês 80 anos de fundação. Nesta semana, informou o senador, começam as comemorações das oito décadas de circulação do jornal com uma solenidade no Grande Teatro do Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

– Fundado por Assis Chateaubriand e incorporado ao hábito dos mineiros com uma trajetória de sucesso, ao longo dos anos vem conquistando, a cada dia, maior número de leitores, pois se moderniza e acompanha as evoluções tecnológicas, marcando presença também na mídia *on line* e interagindo com a TV Alterosa – disse o senador.

Eliseu Resende também parabenizou os dirigentes do periódico.

### Senado lembra os sete anos da morte de Covas

O Plenário aprovou requerimento de voto de lembrança pelo sétimo ano do falecimento do ex-senador e ex-governador de São Paulo Mário Covas. O requerimento foi apresentado pelo presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE).

Na justificativa, Sérgio Guerra afirmou que a força e a influência de Mário Covas estão “registradas de forma definitiva na memória brasileira”.

Após a votação do requerimento, Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que Covas é um exemplo que deve inspirar a todos. Disse ter “a mais profunda admiração à liderança que ele exerceu como parlamentar e como governador”.

### João Claudino elogia médico de SP

João Vicente Claudino (PTB-PI) homenageou ontem, em discurso, o professor titular de Clínica Médica da Escola Paulista de Medicina e presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, Antonio Carlos Lopes.

O parlamentar explicou que essa era uma forma de reconhecimento e gratidão por toda a trajetória de Lopes, especialmente por sua “relevante contribuição para a melhoria das condições de saúde e da ética na medicina”.

João Vicente Claudino também se referiu à visita que fez à região de São João do Piauí, no semi-árido do seu estado, e à cidade de Capitão Gervásio. O senador destacou ainda a criação da diocese de Oeiras, “antigo anseio da comunidade católica” local.

Na Comissão de Mudanças Climáticas, presidente do Incra diz que recadastramento de imóveis e outras medidas podem diminuir degradação ambiental na Amazônia Legal

## Grilagem é principal causa do desmatamento, afirma Hackbart

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, considerou a grilagem de terras a principal causa do desmatamento nos 36 municípios apontados pelo governo como responsáveis por metade do desmatamento na Amazônia Legal. A declaração foi feita ontem em audiência pública da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Hackbart lembrou que uma das medidas anunciadas pelo governo federal em resposta aos altos índices de desmatamento na região foi o recadastramento dos imóveis rurais nos 36 municípios – que somam, de acordo com ele, quase 80 milhões de hectares. A expectativa é que, como a maioria dessas terras seria ocupada por grileiros, eles simplesmente não apareçam para se cadastrar. A grilagem consiste na posse ilegal de terras, muitas vezes com uso de documentos falsos.

Por outro lado, o presidente do Incra reconheceu que “produtores rurais, grandes e médios, estão



Audiência debate saídas para preservação ambiental com representantes de ministérios

aparecendo para se cadastrar, pois estão pensando no mercado e querem a regularização”.

### Financiamentos

Rolf Hackbart defendeu ainda a Resolução 3.545, do Banco Central, baixada no final de fevereiro, que exige comprovação de regularidade ambiental para que bancos liberem empréstimos aos produtores rurais, o que será feito por meio do banco de dados do Incra.

– E os bancos privados parecem

mais interessados nisso que os públicos, que são os grandes financiadores do setor – lamentou.

O presidente do Incra também anunciou o lançamento de linha de crédito ambiental para os assentados da reforma agrária. De acordo com Hackbart, cerca de 99% das terras obtidas pelo Incra para uso em assentamentos estão degradadas ambientalmente. O crédito teria o objetivo de “estimular o assentado a não dar continuidade à degradação”.

## Fundo do BNDES vai fomentar conservação da Amazônia

O diretor do Departamento de Articulação e Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, André Rodolfo de Lima, declarou que o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai criar um fundo para promover a proteção e a conservação da Amazônia e também um programa para fortalecer a gestão ambiental nos estados. Ele fez o anúncio durante a reunião da Comissão de Mudanças Climáticas.

Ele disse que os recursos do fundo serão captados no exterior para apoiar ações do plano de prevenção contra o desmatamento na Amazônia.

Quanto ao programa de financiamento para o fortalecimento da gestão ambiental nos estados, Lima informou que está em discussão, no Tesouro Nacional, a possibilidade de desvincular esses financiamentos dos limites de crédito estaduais.

Ao destacar as iniciativas que o governo vem adotando para conter o desmatamento na Floresta Amazônica, o diretor afirmou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) moverá entre cem e 150 ações civis públicas contra os maiores desmatadores da região.

– Isso é uma medida inédita – ressaltou ele, acrescentando que as ações serão movidas simultaneamente em Cuiabá, Belém e Porto Velho, que são as capitais dos estados onde o desmatamento é mais intenso.

## Casagrande quer CMA ciente de ações antidesmatamento

O relator da Comissão de Mudanças Climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), deverá apresentar projeto para obrigar o Ministério do Meio Ambiente a prestar contas trimestralmente à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) das ações contra o desmatamento ilegal.

Apesar das divergências de dados entre órgãos do governo, Casagrande destacou a redução no índice de devastação, de 29 mil hectares para 11 mil hectares ao ano. O uso de satélite do projeto Brasil-China teria contribuído para isso.

Medidas adotadas pelo governo, como a operação Arco de Fogo, apesar de importantes, são consideradas insuficientes para conter um “inaceitável” desmatamento anual de 11 mil hectares.

– Temos que caminhar para o desmatamento ilegal zero – sustentou.

Na opinião do senador, é necessário criar mecanismos que compensem a perda de receita de estados e municípios com o efeito do combate ao desmatamento sobre a economia.

José Nery (PSOL-PA) criticou a falta de articulação entre os órgãos do governo ligados ao assunto, pois seria fácil constatar o financiamento de um projeto contrário às normas de preservação do meio ambiente. Nery elogiou, porém, as últimas ações do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

## Sibá destaca novas regras para combater degradação ambiental

Sibá Machado (PT-AC) elogiou ontem o governo pela edição do Decreto 6.321/07, que institui ações de prevenção e controle do desmatamento e estabelece sanções a atividades ilegais relativas ao meio ambiente em municípios da Amazônia.

Segundo o senador, a iniciativa é uma resposta do Ministério do Meio Ambiente ao aumento da área desmatada na região, conforme constatação do Inpe.

– O aumento do desmatamento contraria a tendência de queda que se vinha conquistando nos últimos anos – observou Sibá, ressaltando que o decreto determina o recadastramento fundiário de todos os imóveis rurais nos municípios que mais desmatam, além de punição a quem comprar produtos de áreas ilegalmente desmatadas.

– A novidade é produzir efeitos sobre toda a cadeia produtiva relacionada ao desmatamento – explicou.

Sibá informou ainda que tais imóveis poderão perder o acesso ao crédito dos bancos públicos de fomento por descumprirem normas de preservação ambiental. A legislação ambiental vigente pune, por exemplo, a derrubada da floresta em mais de 20% do imóvel nas áreas de preservação permanente.

O parlamentar pelo Acre disse



Sibá lembra que decreto determina recadastramento em vários municípios

também que o decreto atendeu à necessidade de controle do desmatamento para a pecuária, “que aparece como o setor produtivo campeão no aumento da devastação amazônica, por força, inclusive, dos programas de crédito do governo para a atividade”.

Em aparte, o senador Jayme Campos (DEM-MT) indagou qual seria a alternativa proposta pelo governo para reparar os prejuízos dos pecuaristas de Mato Grosso, salientando que a categoria produz riqueza e oferta de empregos.

– Em Sinop, os proprietários estão sendo constrangidos por um contingente de 400 homens da Polícia Federal que vigiam o desmatamento, mas o governo não oferece sequer uma alternativa para o problema – protestou, recebendo o apoio do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Augusto elogia proibição de venda de bebidas alcoólicas em rodovias

Augusto Botelho (PT-RR) elogiou a iniciativa do governo federal de editar medida provisória (MP 415/07) proibindo a venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Citando dados de pesquisas realizadas pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), que revelaram a elevação do consumo de álcool entre a população brasileira, o parlamentar apontou esse hábito como o principal responsável pelos acidentes nas estradas brasileiras, independentemente das punições estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro para motoristas flagrados dirigindo alcoolizados.

– A associação do consumo de álcool com direção tem ocasionado uma verdadeira carnificina em nosso país, resultando numa legião de mortos, de mutilados, de órfãos, o que se equipara a uma guerra civil, para tristeza e desespero dos lares brasileiros



Augusto Botelho cita estudo que aponta álcool como principal causa de acidentes

– observou.

Augusto Botelho sugeriu ainda que a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas estradas se faça acompanhar de outras medidas, como a redução do índice máximo permitido de álcool no sangue para dois decigramas por litro; a atualização das multas de trânsito; o agravamento desse tipo de infração; além da imposição de restrições maiores à publicidade de bebidas alcoólicas.